

AS RELAÇÕES ENTRE O TEATRO E O PODER NAS MINAS OITOCENTISTAS.

Luciano Borges Muniz¹
Flávio Marcus da Silva²

Resumo

Este artigo é parte dos resultados obtidos por pesquisas desenvolvidas acerca das relações de poder em Minas no século XIX. Analisando a relação entre o poder governamental e o teatro, nesse período, procura-se mostrar os efeitos produzidos pelo teatro em meio à sociedade da vila de Sabará em Minas Gerais. Observa-se que, embora houvesse a tentativa, por parte das autoridades governamentais, em utilizar o teatro para fins políticos, nem sempre isso foi possível. A contraposição de documentos oficiais e de periódicos do século XIX, da Vila de Sabará, nos mostra que muitas vezes o teatro serviu mais aos anseios da sociedade do que aos interesses oficiais.

Palavras-chave: Teatro; Cotidiano; Poder Governamental; Minas Oitocentistas.

1. INTRODUÇÃO

O teatro no Brasil, assim como a grande maioria das instituições públicas aqui existentes, durante o período colonial, teve função colonizadora. Auxílio no empreendimento colonial era o que o governo português esperava dos teatros que aqui existiam. Porém, nem sempre isso aconteceu. A integração de atividades teatrais ao cotidiano de algumas vilas, como a Vila de Sabará em Minas Gerais, contribuiu para impedir a estrutura social, pretendida pelas autoridades governamentais.

As representações teatrais, na grande maioria das vezes, serviam como exemplos de submissão à realeza. Os espectadores, como bons súditos e vassallos do rei, assistiam aos espetáculos, que serviam como momentos de “aprendizado das máximas da política, da moral, do amor à pátria e da fidelidade ao rei”. (SOBRINHO, 1961: 15).

Essa apropriação dos teatros para funções políticas acontecia devido à tentativa que existia por parte do governo português em manter a ordem nos domínios coloniais. E essa

¹ Graduado em História – FAPAM; Pós-Graduado em História e Cultura Afro-Brasileira – PUC/Minas.

² Professor orientador; Doutor em História – UFMG; Graduado em História.

tentativa visava a eliminar qualquer outra função do teatro em meio à sociedade colonial. Os efeitos que o teatro deveria produzir no cotidiano das vilas provinciais estavam muito distantes do divertimento e lazer. Embora, inevitavelmente, momentos de divertimento e distração acontecessem, na perspectiva governamental, eles sempre deveriam estar associados a interesses políticos.

2. DESENVOLVIMENTO

O teatro brasileiro, que nascera para servir aos jesuítas como instrumento catequizador, no início da colonização do Brasil, passou a servir ao poder governamental durante todo o período colonial. Ao menos era o que se esperava dele. E após esse período, o teatro também é percebido pelas autoridades monárquicas como “possível instrumento de dominação política e ideológica, em meio à sociedade brasileira do século XIX”. (PRADO, 2003:20).

Durante o século XVIII, o governo colonial procurou controlar os acontecimentos teatrais através de duas instruções oficiais, que deveriam ser postas em prática em todas as capitanias da colônia, posteriormente transformadas em províncias. A primeira delas, datada de 1725, estabelecia o lugar que as autoridades deveriam ocupar nos espetáculos e atos públicos. Assim, o lado direito deveria ser ocupado pelos ministros políticos e o esquerdo pelos oficiais militares, e também pelo secretário do governo. Outra instrução oficial foi o alvará de 1771, que claramente ressaltava que o teatro brasileiro deveria ser usado como local de “educação moral e social dos povos”. (SOBRINHO, 1961: 31)

Resultado dessa política, os espetáculos teatrais em Vila Rica e Sabará, centros considerados populosos e cultos, durante o período colonial e mesmo durante o século XIX, não aconteciam fora das estipulações das Câmaras Municipais. E justamente por essa razão, muitas comemorações relacionadas a membros da família real, aconteciam nas vilas mineiras, com certa frequência. Em Sabará, na Casa da Ópera, nome pelo qual ficou conhecido o teatro da Vila, houve comemorações de forma pomposa, na ocasião do “nascimento da princesa, Infanta D. Paula Mariano, no dia 25 de abril de 1823 e também quando do aniversário natalício da Imperatriz D. Maria Leopoldina, no dia 22 de janeiro de 1824”. (SOBRINHO,

1961:61).

Em outra comemoração, ocorrida nos dias 24 e 25 de abril de 1821, também na Casa da Ópera de Sabará, data em que se comemorava o nascimento do príncipe da beira, Infante D. João Carlos, e também a data nacional do juramento à constituição, percebem-se elementos que eram utilizados visando à submissão da sociedade frente ao poder governamental. Em determinado momento do espetáculo, ao mesmo tempo em que se ouvia o hino nacional, uma mulher andando sobre a corda, apresentava uma faixa com as seguintes frases: “viva a religião, viva ao rei e viva a constituição”. (SOBRINHO, 1961: 54).

Esta combinação de momentos comemorativos e festivos, com ênfase na exaltação da figura do rei, da religião e da constituição, acabava por produzir momentos agradáveis à sociedade, que deveria associá-los, de uma forma ou de outra, à figura do rei. O que se buscava era mesmo a submissão social e a manutenção da ordem. E isso dependia da aceitação social em relação ao poder governamental.

Havia projetos governamentais que procuravam confirmar essa ordem social, mantendo uma sociedade passiva perante as autoridades provinciais. E o teatro nos aparece como um instrumento utilizado nesse sentido. Analisando parte da legislação da Província mineira, do século XIX, e também as atas da Câmara de Sabará, do mesmo período, percebe-se algum esforço em relação à manutenção dos teatros da Província. Em 1854, o vice-presidente da Província de Minas Gerais, José Lopes da Silva Vianna, sancionou uma lei convertendo o teatro de Vila Rica em propriedade provincial. Um ano antes, em Sabará, a Câmara Municipal pagava a Thomás José de Cantuária, a quantia de quatro mil réis, em razão de seus serviços feitos nas calçadas da Rua Direita, rua onde se localizava o teatro da Vila. Ainda nas atas da Câmara de Sabará, encontramos registrado o pagamento feito a Joaquim José de Mello, referente à iluminação que fez na rua do teatro por ocasião do “largueamento da rua”.

Esses fatos nos mostram que havia um esforço governamental, mesmo após a independência brasileira, em manter sob controle os teatros municipais da Província de Minas Gerais. A manutenção dos teatros interessava às autoridades, tanto no controle de seus espetáculos, quanto na conservação de suas instalações. O vice-presidente de Minas, José Lopes da Silva Vianna, que tornava o teatro de Vila Rica propriedade provincial, se dispunha a consertá-lo, se preciso fosse, ou mesmo derrubá-lo e construir um novo teatro no mesmo

local.

Porém, embora houvesse todo esse esforço, por parte das autoridades provinciais, no sentido de utilizar os teatros como instrumento de dominação, como tradicionalmente havia acontecido no período colonial, nem sempre isso foi possível. O conteúdo de algumas peças teatrais e mesmo alguns movimentos ocorridos nos prédios dos teatros, nos servem como comprovação de que a política imperial, nesse sentido, não se efetivou de forma plena nas Minas Oitocentistas.

Muitas vezes, os efeitos sociais desses teatros iam no sentido da perturbação da ordem governamental. Ao mesmo tempo em que a vida teatral passava a fazer parte de uma Vila provincial, seus costumes, contradições e sua forma peculiar de existência, também se integravam àquela sociedade.

A história do teatro em Sabará serve como exemplo da não efetivação plena da perspectiva governamental, para os teatros na província de Minas Gerais no século XIX. Paralelamente, ou mesmo junto às comemorações oficiais, ocorreram várias manifestações populares na Vila de Sabará, por iniciativa particular, o que permitia certa autonomia, por parte da população, em relação ao uso da arte teatral. Mesmo antes do estabelecimento do edifício teatral em 1819, a população sabarense já se organizava em torno de representações no teatro de rua, o que favorecia uma desvinculação do teatro aos interesses oficiais.

A notícia do nascimento de D. Antônio, primeiro filho de D. João VI e Dona Carlota Joaquina, chegou à Vila de Sabará em 16 de junho de 1795. Poucos meses depois, a Câmara Municipal organizou dez dias consecutivos de festividades. Durante os preparativos, as ruas da Vila foram iluminadas e ornamentadas, “através de contribuições financeiras de diversas corporações e particulares”. (ALMADA, 2005:148).

A existência de manifestações festivas e teatrais em Sabará, desde o início do século XVIII, parece ter produzido uma relação muito grande entre a arte teatral e a sociedade sabarense. Esta, por sua vez, acabava por conceber as manifestações teatrais como oportunidade de diversão, e por isto mesmo acabava por colocar as perspectivas governamentais em plano secundário. Quando ocorreram as festas de inauguração da Casa da Ópera, em dois de junho de 1819, onde se comemorava também o nascimento da sereníssima Infanta D. Maria da Glória, princesa da Beira, o povo sabarense protestou e de forma alguma concordou com o encerramento dos espetáculos. E assim surgiu uma porção de moradores

oferecendo-se a continuar os espetáculos. “Por esta razão, os espetáculos ocorreram por mais dois dias, após o encerramento oficial”. (SOBRINHO, 1961:47). O que realmente só aconteceu devido à existência de outras intenções por parte da população, que não coincidiam com as intenções pedagógicas do governo.

O teatro sabarense traz consigo a característica de haver sido fortemente mantido e influenciado pela força popular. Embora houvesse o esforço governamental em utilizar desse instrumento, em favor de seus projetos, em Sabará, repetidas vezes esse esforço não produziu o efeito esperado. O próprio imperador D Pedro I, ao visitar a Vila de Sabará e dirigir-se ao seu teatro, sentiu a reação negativa do povo de Sabará em relação à sua forma de governo. Durante as solenidades de recepção ao imperador, ouviu-se um “Viva ao Imperador”, depois de alguns instantes de silêncio, ouviu-se a resposta: “Viva o Imperador D. Pedro I, enquanto for constitucional”. (SOBRINHO, 1961: 97).

O teatro sabarense, embora, nesta noite, tivesse sido palco de uma solenidade programada pela Câmara Municipal, não comportava o público que se esperava para aquela ocasião. Pessoas descontentes com o poder governamental também estavam na platéia. E o incidente comprova a falta de eficiência dos projetos governamentais em se utilizar do teatro como instrumento para promover a subordinação social.

Em 1888, o movimento abolicionista também movimentou a vida teatral em Sabará. Já em 1º de janeiro do mesmo ano, a Folha Sabarense publicava notícias sobre o “sucesso do excelente drama abolicionista, a vingança do escravo”. O espetáculo funcionava como divulgador de ideias abolicionistas e essa não era a intenção de muitas autoridades governamentais.

Mais do que um lugar de agitações política, em Sabará, o teatro se integrou aos costumes da sociedade da Vila. Famílias abastadas chegavam até a levar suas criancinhas para o teatro. E estas, enquanto seus pais se divertiam assistindo às peças teatrais, eram alojadas nos camarotes equipados com forros, travesseiros, colchas, pijamas, mamadeiras, etc. “A calçada do teatro, em noites de apresentações, havia se tornado um ponto de encontro dos espectadores do teatro; ali se estabeleciam quitandeiras que vendiam comidas e bebidas, nos intervalos das apresentações”. (SOBRINHO, 1961:192).

Os jornais locais periodicamente divulgavam notícias acerca dos espetáculos e das companhias de artistas que se apresentavam na Vila. Mais do que isto, esses jornais nos

revelam o gosto da sociedade sabarense pelas artes teatrais, que eram percebidas como movimentos culturais que serviam à diversão social e não como instrumento de dominação política.

A Folha Sabarense de 17 de julho de 1887, anunciava a apresentação de uma sociedade musical local, a Sociedade Musical Sabarense, naquela noite, nas instalações do teatro. Posteriormente o mesmo jornal, em 26 de janeiro de 1890, trouxe a notícia de que o drama “Honra por Honra“, seria novamente apresentado na Vila, em razão de pedidos de alguns espectadores.

3. CONCLUSÃO

Em síntese, pode-se observar que o teatro em Sabará serviu muito mais à sociedade do que aos interesses governamentais. Aos poucos o cotidiano em Sabará abria espaço para o ambiente teatral, que serviria ao divertimento das pessoas, ou mesmo como instrumento utilizado para divulgar ideias contrárias ao governo monárquico. Ainda no século XVIII, ocorreram em Sabará manifestações artísticas, peças teatrais feitas e executadas por habitantes da própria vila. Formou-se em Sabará a Sociedade Musical Sabarense e até mesmo companhias artísticas locais. Essa proximidade da sociedade com as manifestações teatrais, em Minas Gerais, “que se inicia por volta do século XVIII, dentro da Igreja Católica, através dos ritos religiosos e encenações evangelísticas” (DEL PRIORE, 2004:42), acabou por promover ainda mais o distanciamento da sociedade em relação ao que o poder governamental esperava desta sociedade.

As companhias teatrais com sua mobilidade, que proporcionava seu deslocamento para vários lugares do Brasil, com suas formas próprias de ver o mundo e seus valores, se tornavam exemplos a não serem seguidos por uma sociedade que deveria ser “previsível, fixa e sedentária“ (DUARTE, 2006:51).

Enfim, a análise de parte da documentação oficial e também de periódicos mineiros do século XIX, junto à bibliografia existente sobre o assunto, nos permite sugerir que teatro, nas Minas Oitocentistas, funcionou mais como elemento contrário à ordem imperial, do que como elemento favorável.

FONTES E BIBLIOGRAFIA:

Fontes primárias:

a) Manuscritas:

1- Arquivo Público Mineiro

Receitas e despesas da Câmara Municipal de Sabará (vários): 1849 a 1853.

b) Impressas:

1 – Arquivo Público Mineiro

Leis Mineiras - lei nº. 686 de 18 de maio de 1854.

2 – Biblioteca Pública de Sabará

Periódicos – A Folha Sabarense (vários): Entre 1887 a 1891.

Fontes secundárias:

SOBRINHO, José Seixas. **O Teatro em Sabará: da colônia a República**. Belo Horizonte, Bernardo Álvares, 1961.

PRADO, Décio Almeida. **História Concisa do Teatro Brasileiro**. São Paulo: Edusp, 2003.

ALMADA, Márcia. **Relatos dos festejos populares realizados em Sabará, em 1795, contêm elementos preciosos para a compreensão da sociedade colonial mineira por meio de suas manifestações culturais, religiosas e profanas**. In: Revista do Arquivo Público Mineiro. Belo Horizonte, 2005.

PRIORE, Mary Del. **Religião e religiosidade no Brasil colonial**. São Paulo, Ática. 2004.

DUARTE, Regina Horta. **Noites Circenses: Espetáculos de circo e teatro em Minas Gerais no século XIX**. Campinas SP. Editora da Unicamp, 1995.

_____. **Caravanas da Paixão**. In: Revista de História. Janeiro de 2006.